



GRUPO PARLAMENTAR

Projeto de Resolução Nº 126/XIV

Recomenda ao Governo que elabore um programa de mentoria para jovens emigrantes, em estreita cooperação com o IEFP e os consulados portugueses

Exposição de motivos

A migração - fenómeno de movimento de pessoas de um lugar para outro com a intenção de se estabelecerem, de forma permanente ou temporária num novo lugar - é intrínseca à humanidade. Está na origem do estabelecimento das populações como hoje conhecemos, resultado da movimentação e integração do processo evolutivo da espécie humana.

É também um fenómeno naturalmente ligado à Europa. Desde logo, nos fundamentos da UE, constam como valores supraconstitucionais quatro liberdades fundamentais: a livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais.

Ao nível interno, os estados membros da UE oriental têm o maior número de emigrantes, com destino ao oeste europeu, em especial ao Reino Unido e à Alemanha. Em termos externos, fatores económicos, sociais, políticos, históricos e culturais explicam um grande número de migrantes extracomunitários para alguns Estados-Membros. A existência de um vínculo colonial anterior, e de um sistema jurídico e uma língua oficial comum são fatores que tornam a UE atrativa para muitos cidadãos estrangeiros.

A nível nacional, Portugal apresenta fluxos de emigração para os países mais desenvolvidos da Europa, sendo destino de fluxos imigratórios com origem em



GRUPO PARLAMENTAR

países de África, da América Latina e do Leste Europeu. Após quase duas décadas de se ter verificado que os fluxos de entrada superavam os de saída, esta situação é revertida em 2011, fruto da crise económica e financeira em que o país se encontrava mergulhado. Embora o saldo migratório tenha registado valores negativos apenas a partir de 2011, a “onda” de emigração a que temos vindo a assistir começou já na altura de introdução do Euro, embora com algumas oscilações, tendo sido posteriormente acentuada pela crise da dívida pública que assolou Portugal, com o respetivo aumento do desemprego e degradação do nível de vida. Nesse período, bateu-se o recorde de mais de 100.000 saídas por ano, com o pico máximo a atingir as 120.000, em 2013. Desde então, essa tendência tem vindo a ser revertida, embora a um ritmo mais lento, com o final do programa de ajustamento da Troika, ainda no tempo do Governo do PSD/CDS-PP, marcando o início da recuperação económica do país.

Em 2015, em termos globais, encontrávamo-nos em 27.º lugar na lista de países com maior número de emigrantes, sendo que, em proporção da população do país de origem, éramos o 12º país do mundo e o 2º da Europa com mais emigrantes, com uma taxa de emigração de 22,3%, o que corresponde a 2,3 milhões de portugueses espalhados pelo mundo.

Relativamente ao destino dos emigrantes portugueses, o seu destino preferido passou a ser o continente europeu. Fazendo uma análise comparativa entre a percentagem de emigrantes portugueses a escolherem como destino outros países europeus, nota-se que, entre 1960 e 2015, houve um aumento de 16% para 62%. Com base nesse relatório, os principais destinos dos nossos emigrantes são o Reino Unido, França, Suíça e Alemanha, sendo que esta tendência atinge o seu pináculo no Luxemburgo, no qual, em 2011, 30% da população emigrante era portuguesa, representando 12% da população total



GRUPO PARLAMENTAR

residente. Refira-se igualmente que, em 2017, Portugal registava a 3.^a maior população emigrante na Suíça, com cerca de 266 mil portugueses, representando assim 12,5% do total da população estrangeira na Suíça e a 3.^a maior em França.

No que toca, em particular, às gerações mais jovens, um dos principais estímulos da migração atual deve-se à procura por formação académica, resultando num aumento de estudantes deslocados do seu país que, apesar de inicialmente acreditarem que se trata apenas de uma experiência temporária, acabam por se integrar num estilo de vida diferente, optando por não regressar ao seu país de origem.

Segundo o International Organization for Migration's Global Migration Data Analysis Centre, entre 2011 e 2016, o número de estudantes internacionais cresceu de 3.961.200 para 4.854.346 estudantes, respetivamente - ou seja, em apenas 5 anos o número de estudantes internacionais aumentou em quase 1 milhão. Com a passagem do tempo pode crescer um sentimento de inexistência de raízes na atual geração de jovens, pela divergência que o rumo das suas vidas levou versus a sua família e amigos, diminuindo progressivamente o vínculo ao país de origem. Por outro lado, podem ser também os laços afetivos – com a rede familiar e de amigos – que motivam o regresso, pelo que é importante considerarmos as migrações tendo em conta as redes no país de origem.

Face a este potencial problema de desenraizamento, a solução poderá passar por regressar ao país de origem de forma planeada e/ou progressiva. Na verdade, voltar para casa pode não ser fácil e, de facto, pode ser percebido como “começar tudo de novo”. Importa aqui também realçar que as condições económicas, sociais e de acesso ao mercado de trabalho no país de origem podem dificultar, ou não, o regresso para o jovem. No entanto, existem várias



GRUPO PARLAMENTAR

abordagens para tornar esta transição mais positiva, nomeadamente através de:

- 1) uma preparação para a mudança e um planeamento com antecedência;
- 2) o contacto com um mentor no país natal que auxilie com os preparativos do regresso;
- 3) a comunicação com pessoas que estejam a viver a mesma experiência no exterior.

Motivos como a baixa remuneração do trabalho, a burocracia e a elevada carga fiscal são fatores que contribuem fortemente para desincentivar a criação e a manutenção de negócios em Portugal, levando a que os portugueses, principalmente os mais jovens, sejam tentados a emigrar e aproveitar ambientes e jurisdições mais favoráveis às empresas. Esta realidade tem levado a que pessoas com elevadas qualificações emigrem, resultando numa perda de capital humano significativa, com resultados significativamente negativos em termos sociais e económicos.

Posto isto, impõe-se considerar políticas tendentes à retenção de jovens, dando-lhes possibilidades de obter em Portugal os conhecimentos, experiências e sucesso que hoje procuram no estrangeiro, bem como políticas destinadas à captação dos emigrantes, mormente dos portugueses, para que os mesmos regressem a casa. Nesta área o Instituto do Emprego e Formação Profissional I.P. (“IEFP”), atendendo à sua natureza e missão de promoção da criação de emprego e de melhoria das condições e qualidade do trabalho, deve representar um papel fulcral no desenvolvimento do jovem.

Assim, relevando o acima referido e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vem propor que a Assembleia da República recomende ao Governo que:



GRUPO PARLAMENTAR

- Promova a criação de programa de mentoria para jovens, em estreita ligação com o IEFP, com as autarquias, com as autoridades regionais e com os consulados portugueses no estrangeiro, nomeadamente através de um programa de voluntários que inclua pessoas de reconhecido mérito nas áreas de interesse do jovem, permitindo a transmissão de conhecimento, o fomento de redes profissional e a valorização pessoal e profissional dos jovens trabalhadores e empreendedores.

Assembleia da República, 28 de novembro de 2019

Os Deputados do Partido Social Democrata